

ACTA

DATA DA SESSÃO: 11 de Dezembro de 2010-----

LOCAL DA REUNIÃO: Salão Nobre da Junta de Freguesia -----

PRESIDIU: Américo Luís Carvalho Fernandes-----

PRESENÇAS:-----

Partido Social-Democrata: -----

Américo Luís Carvalho Fernandes: - Presente-----

Maria Henriqueta Cerqueira Pinto Almeida Gomes Alves: – Presente.-----

Manuel Joaquim Ferreira Monteiro: - Presente.-----

José Patrício Ferreira Correia: - Presente.-----

Rui Miguel Oliveira Pedrosa Batista: - Presente.-----

José Manuel Coelho Pinheiro Machado: – Faltou.-----

Rafaela Patrícia Martins Ferreira Torres: - Presente.-----

Júlio Ferreira Torres: – Presente. -----

Vítor Manuel Moreira Martins: – Faltou.-----

Unir para Crescer:-----

Joaquim Eduardo Machado Pereira: - Faltou.-----

Sara Catarina Oliveira Silva: – Presente.-----

Partido Socialista: -----

Luís Gonzaga Carvalho Lopes Machado – Presente.-----

Bernardino Certo Alves Pinheiro – Presente-----

-----HORA DO INÍCIO DA REUNIÃO: 15,00 horas -----

HORA DO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: 18,00 horas-----

-- Aos onze dias do mês do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas quinze horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Vila das Aves, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – Informações do Executivo sobre a actividade e a situação da Junta de Freguesia; -----

2- Contratação de um empréstimo; -----

3- Orçamento de Plano de Actividades para o ano de 2011; -----

4 - PPI- Plano Plurianual de Investimentos; -----

5 - Alteração à Postura de Trânsito. -----

--Faltaram os deputados José Manuel Machado, Vítor Martins e Joaquim Pereira. Os dois deputados do PSD anunciaram com antecedência a sua ausência, que justificaram, o que permitiu a sua substituição pelos elementos seguintes da respectiva lista, os deputados Helena Antunes e Rui Pinheiro. -----

-- Iniciada a sessão, foi posta à consideração dos deputados a acta da sessão anterior, oportunamente enviada, em minuta, a todos os deputados para eventual correcção; o Presidente da Mesa informou não ter recebido qualquer proposta de alteração e, depois de perguntar novamente aos deputados se havia algum reparo a fazer em relação à minuta, deu início à votação, tendo resultado uma aprovação por maioria, com duas abstenções.-----

-- Entrou-se de seguida no período de antes da Ordem do Dia: -----

-- Pediu a palavra a deputada Sara Catarina Silva para ler uma mensagem do deputado Joaquim Pereira (Doc. 1). Seguidamente disse louvar a marcação antecipada desta reunião e o envio da minuta da minuta da acta, bem com a publicação das actas na Internet. Terminou desejando a todos um Bom Natal e um Bom Ano Novo.-----

-- Interveio de seguida a deputada Rafaela Torres que começou por referir a falta de iluminação no novo cemitério, que se faz sentir sobretudo neste período de Inverno e declarou que esta infra-estrutura, bem com a construção de um WC, apesar de consagrados no protocolo de gestão do novo cemitério, não foram ainda realizadas. Disse tratar-se de uma pequena intervenção que melhoraria consideravelmente este cemitério e que, se a Câmara não cumprir o prometido, não se poderá aceitar gerir o cemitério com obras por concluir e sem poder dar aos avenses aquilo que eles merecem.

-- De seguida, tomou a palavra o deputado Rui Batista para chamar a atenção para o perigo que representam, para os peões e para as viaturas, as árvores existentes na Rua Padre Joaquim Carlos Lemos tendo referido que, embora algumas sejam do domínio privado, a Câmara Municipal tem poderes para intervir. Falou ainda de outra situação gravíssima neste arruamento que é a existência de uma vala a seguir à entrada para a zona industrial, e que se tornou mais grave agora porque há um maior afluxo de peões naquela zona devido ao novo bairro social e alertou que para evitar acidentes é necessário solicitar à Câmara Municipal uma intervenção urgente. De seguida, face ao que foi dito antes, disse que os deputados do PSD foram acusados de algumas coisas que disseram na última assembleia e que por isso pretendia deixar o que chamou um ponto de ordem. Assim, afirmou que o PSD não questiona quem dá entrevistas nem a qualidade dos jornais, e que cada um gosta do que gosta; que a política não se faz só nos jornais mas faz-se na rua, ouvindo as pessoas e trabalhando para resolver alguns problemas; que não é preciso dar entrevistas nos jornais para se fazer política. Disse ainda que se um dia se sentir atacado nesta assembleia, do ponto de vista político ou pessoal, virá aqui que vai defender-se. Disse considerar uma falta de respeito enviar recados para se defender e que, quem assim procedeu, se as eleições fossem hoje, teria menos votos, já que as pessoas não gostam deste tipo de política amadora. Disse ainda que a liberdade não está suspensa, nem nunca estará, e que gostaria que a defesa que foi aqui feita, em relação a um assunto que estava morto e enterrado, fosse no sentido de esclarecer, sobre a frase “que fazia melhor negócio que a Junta de Freguesia”, como faria e que se não houver, em relação a isso, uma resposta clara, não vale a pena falar mais do assunto.-----

-- Pediu a palavra o Presidente da Junta que se declarou admirado sobre como é possível um deputado mandar recados desta maneira quando o mesmo teve mais que tempo, na última assembleia, para se defender e não conseguiu dar qualquer resposta concreta sobre a questão do Amieiro Galego; disse que o senhor deputado se valeu do Aves para fugir à responsabilidade de dizer aqui o que tem a dizer, tanto mais que as Assembleias não acabam aqui e que misturou as coisas, referindo questões de relacionamento do Presidente da Junta com as associações, quando o executivo actual tem boas relações com quase todas as associações e se algumas há em que tal não acontece é com aquelas em que o senhor deputado faz parte e é no sentido das associações para a Junta e não da Junta para as associações, o que é extremamente grave, visto que, afirmou, também já foi dirigente do Aves e não vem aqui contar o que fez no Aves e também não deverá o

senhor Joaquim Pereira usar o Aves para se defender das asneiras que tem dito. Disse ainda que o assunto do Amieiro Galego está mais do que dissecado e que é bom lembrar que quem fez a Junta gastar mais dinheiro foi a Associação dos Bombeiros de cuja direcção o Sr. deputado Joaquim Pereira era vice-presidente. Disse ainda que, relativamente ao que diz o senhor deputado sobre o empréstimo, “hipotecar as gerações vindouras” com um empréstimo deste montante, pelo prazo de um ano, não passa de uma afirmação de má fé.-----

-- O Presidente da Assembleia, referiu que, depois de ler o documento apresentado pela deputada Sara Catarina Silva, ficou mais tranquilo pois o mesmo não tem nenhuma referência de que estivesse suspensa a liberdade e a democracia nesta assembleia e afirmou que a democracia funciona aqui, tanto que não há nenhum problema em deixar ler este documento, mas temos todo o direito de reagir conforme a sensibilidade de cada um e ironizou dizendo que, numa metáfora futebolística, o Sr. Joaquim Pereira perdeu por falta de comparência. -----

--Entrou-se se de seguida no 1º Ponto da Ordem de Trabalhos - Informações do Executivo, tendo o Presidente da Junta declarado: -----

----- sobre a estação de Vila das Aves: que se tem insistido com a CP e a Refer no sentido de alterar a paragem dos comboios da linha 2 para a linha 1; que foram enviados vários ofícios que ainda não se obteve qualquer resposta; que foram já publicadas entrevistas em jornais e numa TV regional do Porto e que a a Junta continuará a insistir neste assunto; -----

----- sobre a Quinta dos Pinheiros: que já foram retiradas as linhas aéreas de telefone que atravessavam a Quinta dos Pinheiros, salientando a prontidão com que a PT resolveu este assunto, sem qualquer encargo para a Junta de Freguesia; que, finalmente, no passado dia 3 a EDP efectuou a colocação da baixada há tanto tempo pedida; este foi um processo moroso, já que a entidade reguladora, a Certiel, exigia uma autorização municipal, que a Junta solicitou ao Sr. Presidente da Câmara através de vários ofícios, por telemóvel e contactos pessoais, tendo recebido esta certidão oito meses depois do primeiro pedido, o que é incompreensível -----

----- sobre o Amieiro Galego: que foi recebido da Câmara Municipal o subsídio atribuído no montante de dez mil euros, salientando que a mesma entidade atribui um subsídio de igual valor para o “X grande prémio dos CTT em bicicleta”, o que deixa perplexa a Junta, que considera não dever aceitar estes critérios de distribuição de dinheiros públicos. -----

----- sobre a iluminação dos túneis junto à Estação: que foram feitas algumas tentativas, sem sucesso, junto da Refer e da Câmara Municipal para iluminação do túnel junto ao Mercado e na Avenida Conde Vizela e que, agora, com a colaboração e o conhecimento do vogal do Executivo, Sr. Pinheiro, resolveu-se o problema, eliminando um problema que se arrastava há anos. -----

----- sobre o protocolo de Cooperação entre a Junta de Freguesia e o Centro de Novas Oportunidades da Escola Secundária D. Afonso Henriques: que em 18 de Novembro foi celebrado este protocolo em que ambas as partes acordam o interesse em desenvolver uma actuação conjunta com o objectivo de promover a progressão dos níveis de escolaridade e de qualificação dos adultos da freguesia. -----

-----sobre a contratação de uma professora de ginástica para a ARVA: que por solicitação da Associação de Reformados a Junta de Freguesia contratou uma professora para dar aulas de ginástica aos sócios desta associação às terças e quintas-feiras. -----

----- sobre o cemitério – Dia de Todos os Santos: que, mais uma vez, a Junta colocou no cemitério um palco para a realização da missa nesta dia e que, atendendo ao mau tempo que se verificou, foi necessário recorrer a uma equipa de pessoal para efectuar a limpeza do cemitério no dia 1 de Novembro, pelas seis horas da manhã; e ainda que, para uma melhor circulação do trânsito, a Junta requisitou e pagou vários efectivos da GNR para assegurar o cumprimento da Postura de Trânsito no local.-----

----- sobre o Cemitério Novo: que conforme protocolo assinado em 9 de Outubro de 2007 entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, a Junta tem solicitado ao Sr. Presidente da Câmara, por várias vezes, a construção dos quartos de banho e a colocação de pontos de luz. Iremos continuar a insistir. -----

----- sobre Rastreio de saúde: que, em parceria com a Junta de Freguesia de Santo Tirso, se realizou no dia 16 de Outubro um sessão de rastreio de saúde com a colaboração da Faculdade de Medicina do Porto. Compareceram cerca de trezentas pessoas, o que demonstra bem a importância da realização de novos rastreios.-----

----- sobre Torneio de Setas: que a Associação de Setas do Porto em colaboração a Junta de Freguesia a realizou um Torneio que envolveu dezasseis equipas, cerca de 600 pessoas, e que teve lugar no edifício da Junta no dia 23 de Outubro.-----

----- sobre a “Aves Solidária” : que a Junta de Freguesia mantém com esta associação uma estreita colaboração e apoio às suas actividades no âmbito do auxílio integrado a pessoas em situação de desfavorecimento, aproveitando para agradecer publicamente a todos quantos se têm dedicado a esta causa.-----

----- sobre a Escola da Ponte: que enquanto não for encontrada outra solução, a Assembleia da Escola da Ponte será realizada todas as sextas-feiras no edifício da Junta de Freguesia.-----

----- sobre a Associação do Infantário de Vila das Aves: que realizou no passado dia 8 a sua Festas da Mães no Salão Nobre da Junta de Freguesia e que a nova direcção apresentou publicamente o seu novo site na Internet, tendo dado os parabéns à direcção da AIVA por esta iniciativa-----

----- sobre a geminação com Saint-Etienne-Les-Remiremont: que, apesar da Câmara Municipal não ter respondido ao pedido de apoio, a Junta decidiu, mesmo assim, responder afirmativamente ao convite para visitar Saint-Etienne no próximo ano e deixou o convite a todos os deputados que queiram participar nesta viagem, esclarecendo que a viagem será de avião de baixo custo e a expensas de cada um.-----

----- sobre o Cine- Aves: que foi enviada à Câmara Municipal, no dia 9 de Dezembro, uma carta registada solicitando informação sobre se é do conhecimento da Câmara a abertura de bares no antigo Cine-Aves, se este espaço está devidamente licenciado e se as questões de segurança estão devidamente salvaguardadas, já que as duas portas laterais foram tapadas com tijolo, informando aguardar uma resposta urgente.-----

----- sobre o Posto de Atendimento da Segurança Social e do Centro de Emprego: que foram feitos, no último trimestre, dois mil e quatro mil atendimentos, respectivamente. -----

----- sobre uma Campanha de Solidariedade com André Pacheco: que a Junta de Freguesia se associou a esta campanha a favor do André, uma criança com doze anos e que sofre do síndrome de Angelman e que dele resultaram muitos contactos e ofertas de ajuda. -----

----- sobre a Condecoração do Sr. Joaquim Ferreira de Abreu: que este avense foi agraciado pelo Sr. Presidente da República com a Ordem de Comendador da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial - Classe do Mérito Industrial e que a Freguesia não podia deixar em claro esta ocasião, associando-se a esta homenagem do Presidente da República; que esta condecoração resulta de uma proposta feita por uma Comissão de Honra, que esta Junta de Freguesia, em devido tempo, subscreveu, a pedido da referida comissão. -----

----- Na sequência da intervenção do Presidente da Junta, pediu a palavra a deputada Rafaela Torres para apresentar uma sugestão para que a Vila das Aves se associe à iniciativa “Bosque Centenário”, inserida nas Comemorações do Centenário da

República, que consiste em plantar cem árvores que são fornecidas gratuitamente. Assim seria possível criar o nosso “bosque” na Quinta dos Pinheiros e deixou a sua disponibilidade para acompanhar este processo, se a Junta assim o entender. -----

-- Passou-se se seguida ao 2º Ponto da Ordem de Trabalhos – Contratação de um empréstimo. -----

----- Tomou a palavra o presidente da Junta para apresentar o assunto e disse que o executivo da Junta deliberou solicitar autorização para a contratação de um empréstimo nos termos da lei, de acordo com o documento que se anexa. (Doc. 2).-----

----- Tomaram a palavra para debater este assunto: -----

----- a deputada Sara Catarina Silva, que solicitou esclarecimentos sobre qual a finalidade deste empréstimo e sobre o que são as dificuldade de tesouraria, tendo em conta que a Junta apresenta um orçamento de 160 mil euros e pretende pedir um empréstimo que não chega aos dez mil euros.-----

----- o deputado Luís Lopes, que questionou se o empréstimo feito no ano anterior já se encontra pago e sobre a escolha do banco BPI, visto que deveria haver outros bancos para se poderem fazer comparações e que, gostaria de ter mais informações sobre as condições deste empréstimo. -----

----- O deputado Rui Batista, que, respondendo à deputada Sara Catarina, disse que realmente no âmbito dos 160 mil euros, nove mil não farão diferença; só que os 160 mil terão de ser divididos por doze meses, o que dá menos de 15 mil, daí os nove mil já ganham alguma importância; disse também que é grave quando uma Junta de Freguesia tem de recorrer a um empréstimo bancário para fazer face às despesas do dia-a-dia, sendo esta a segunda freguesia do concelho e a que mais contribuiu com impostos para os cofres municipais; que é uma vergonha para o concelho que uma vila com 55 anos tenha de recorrer a um empréstimo de 9 mil euros para combater dificuldades de tesouraria e que a Junta não quer construir um nova Vila, quer é resolver os problemas do dia a dia. Esta situação é triste e é lamentável. Embora o PSD vá votar favoravelmente esta proposta deixa registado o seu repúdio perante a situação financeira em que a Câmara coloca esta Junta de Freguesia. -----

----- O Presidente da Junta respondeu às questões colocadas dizendo que é obvio que o empréstimo anterior está liquidado e que a razão pela qual foi escolhido o BPI é porque a garantia destes empréstimos, por lei, são as verbas provenientes do FFF, que são transferidas pelo estado através desta instituição financeira; que, quanto às taxas de juro, elas são as que estão em vigor neste momento e que são estabelecidas pelo Banco

de Portugal. Disse ainda que é preciso ter em atenção que o empréstimo é de nove mil euros e que ainda na última Assembleia Municipal votou favoravelmente um empréstimo de seis milhões de euros. -----

----- Após os esclarecimentos do Presidente da Junta, a deputada Sara Catarina disse continuar sem perceber, concretamente, o que são dificuldades de tesouraria e que gostaria de saber se toma como resposta da Junta de Freguesia a intervenção do deputado Rui Batista. -----

----- O Presidente da Junta disse que dificuldades de tesouraria são contas dos fornecedores que foram sendo adiadas aquando da compra do Amieiro Galego. Nos executivos anteriores isto não acontecia já que até existiam saldos positivos. -----

----- O deputado Luís Lopes questionou de novo sobre as condições e os valores das taxas de juro. -----

----- O Presidente da Assembleia explicou que a escolha deste Banco tem a ver com as transferências do estado e que a lei obriga que o empréstimo seja feito no Banco para onde são feitas estas transferências e que a ser feito noutra Banco isso obrigaria à mudança destas transferências. -----

----- O deputado Rui Batista explicou que para a aprovação de um crédito a Junta de Freguesia tem que primeiro apresentar a acta da assembleia autorizando o respectivo empréstimo e que sem este documento nada é feito. Relativamente às taxas de juro as mesmas são estabelecidas pelo Banco de Portugal, trimestralmente, e todos os bancos têm de obedecer a estas taxas. -----

----- Posta à votação, a proposta em discussão foi aprovada com nove votos a favor, duas abstenções, do PS e um voto contra, da UPC.-----

----- A deputada Sara Catarina Silva pediu a palavra para fazer declaração de voto e disse que se sente na obrigação de fazer uma declaração de voto por votar contra este empréstimo porque continua a não se sentir esclarecida apesar dos esforços do deputado Rui Batista e porque também não consegue ver a utilidade deste empréstimo e acha que o mesmo vai hipotecar as finanças de Vila das Aves e, não sendo este um empréstimo para fazer investimento, não o consegue perceber. -----

-- Entrou-se de seguida no 3º Ponto da Ordem de Trabalhos – Orçamento e Plano de Actividades para 2011.-----

-- O Presidente da Junta, solicitado a apresentar os documentos, delegou esta tarefa na Tesoureira, Elisabete Faria, a qual apresentou o Orçamento e Plano de Actividades para 2001 que se anexa a esta acta (Doc. 3).-----

----- Terminada a apresentação, o deputado Bernardino Certo pediu a palavra para debater a proposta e começou por dizer que a tesoureira referiu que foram pedidas sugestões aos partidos políticos e que não houve qualquer sugestão tendo então afirmado que, em relação a isso, não vale a pena dar sugestões porque as obras transitam de ano para ano e são sempre as mesmas, isto há cinco ou seis anos consecutivos. Afirmou ainda que também não apresentam sugestões porque estas já foram apresentadas ao eleitorado nas últimas eleições e o eleitorado rejeitou-as. De seguida disse que gostava que as verbas deste orçamento fossem quatro ou cinco vezes maiores, o que era bom para Vila das Aves, mas estas previsões deveriam ser credíveis e isto não tem acontecido nos últimos cinco anos; afirmou que o orçamento para 2011 continua a enfermar da doença com verbas que só existem na cabeça do Presidente da Junta e do seu executivo e que é melhor ter um orçamento pobre mas credível do que nele serem colocadas verbas que sabemos que nunca serão recebidas. Afirmou que já foi dito ao Presidente da Junta que a Câmara Municipal recusa a dívida que lhe é atribuída, mas este continua a insistir e essa verba hipoteca todo o PPI do ano seguinte e por isso os representantes do Partido Socialista não votarão favoravelmente este orçamento que assenta em verbas virtuais e que é preciso fazer um orçamento de acordo com as capacidades reais. Afirmou ainda que gostava de um dia poder aprovar um orçamento da Junta mas que só o fará quando achar que as verbas apresentadas forem credíveis e concretizáveis. -----

----- O deputado Rui Batista disse discordar do deputado Bernardino Certo, já que uma pequena parte da verba pela qual se vem batalhando há cinco anos já foi recebida; que esta verba já vem do anterior executivo PS e não foi uma dívida inventada pelo executivo PSD; que esta fundamentação já foi debatida e justificada vezes sem conta por individualidades credíveis desta terra. Disse ainda que, na realidade, o não pagamento desta verba torna a taxa de execução do orçamento reduzida o que parece irrealista e que a credibilidade deste orçamento está na credibilidade de quem tem que pagar o que é devido e que a inclusão desta verba no orçamento é importante porque somos pessoas sérias e acreditamos na seriedade daqueles que gerem os destinos do nosso concelho e também acreditamos que ninguém é eterno; e que se as pessoas mudam e as instituições ficam e que continua a acreditar que esta dívida irá ser paga, daí da sua bancada apoio à sua inclusão neste orçamento. -----

----- O deputado Luís Lopes disse que, em relação à dívida referida, não foram aqui apresentadas quaisquer provas nem documentos e referiu que as obras relativas às

verbas de que se fala tinham uma placa que dizia “obra não participada pela Câmara Municipal” e questionou o porquê da subida substancial, nos últimos três anos da verba, “Compensação para autarcas”. -----

----- O Presidente da Junta disse que o deputado Bernardino Certo se calhar tem razão quando diz que as verbas são virtuais, mas que não devia ser assim e apelou à sua generosidade para “fazer uma forcinha” junto do Presidente da Câmara, à semelhança do que já fez noutras circunstâncias, para que estas verbas se tornassem reais. Disse ainda que a Junta até hoje só recebeu da Câmara Municipal um subsídio para obras que foi a reconstrução de um muro que separa o Infantário da escola de Quintão 1, mas a Junta fez outras obras e para as quais não recebeu qualquer retorno, o que não acontece com outras Juntas, nomeadamente as do PS. Disse ainda que a realização dos Planos de Actividades só é possível de a Câmara Municipal participar. -----

----- O Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Junta sobre a que se referem as verbas já recebidas da lista que foi referida e se os mencionados 128 mil euros se referem às obras com a placa que mencionava “Obra não participada pela Câmara Municipal”.-----

----- O Presidente da Junta esclareceu que todas estas obras tinham uma placa a dizer que a obra fora participada pela Câmara Municipal e que daquelas que tinham a placa de não participada não foi pedido nenhum subsídio. Quanto aos valores já recebidos referem-se ao processo da Quinta dos Pinheiros e Protocolos celebrados entre as duas entidades. -----

----- A Tesoureira da Junta disse que também achava o orçamento pobre, mas real e que todos os orçamentos apresentados anteriormente tiveram uma execução orçamental superior a cinquenta por cento. -----

----- O Presidente da Assembleia lembrou que a verba de que se fala já vem de trás e teria que haver autorização da Assembleia para alguma eventual operação contabilística que a retirasse: a verba vem de trás e não pode ser esquecida só porque não convém a algumas pessoas e em relação à verba “Compensação para autarcas” solicitou esclarecimento à questão colocada porque realmente aponta uma variação importante.

----- O Presidente da Junta explicou que esta variação se deve ao facto de durante três anos nada ter recebido, logo, agora que exerce o seu cargo em regime de meio tempo, este valor terá de ser reflectir nas contas. -----

----- Passou-se de seguida à votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2011 que foi aprovado por nove votos a favor, dois votos contra do PS e um abstenção da UPC.-----

-- Relativamente ao 4º Ponto da Ordem de Trabalhos, que era o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos - Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- Tomou a palavra o Presidente da Junta para apresentar o documento em discussão, tendo explicado que para todas as obras constantes do PPI , em anexo, foram pedidos subsídios à Câmara Municipal e que, se a Câmara negar estes subsídios, grande parte da execução destas obras estará em risco. Disse ainda que são obviamente obras importantes para a Vila, que algumas delas se referem à pavimentação de ruas ainda em piso de terra e que estamos a pedir tostões quando na sede do concelho estão em curso obras milhões, nomeadamente a obra em frente ao Tribunal. -----

----- Não tendo havido inscrições para debater o documento, o mesmo foi posto à votação tendo sido aprovado por nove votos a favor e 3 abstenções do PS e UPC.-----

-- Passou-se ao ponto nº 5 da Ordem de Trabalhos – Alteração da Postura de Trânsito. --

----- Pelo Presidente da Junta foi apresentada a alteração à Postura de Trânsito para a Rua Silva Araújo que se anexa a esta acta (Doc. 4) e que já havia sido enviada a todos os deputados; o Presidente da Junta referiu que a proposta se prende com a mudança de linha para a paragem dos comboios que a CP insiste em manter e que provoca a reclamação dos comerciantes da zona que têm dificuldades em estacionar já que os utentes do comboio deixem as suas viaturas estacionadas durante horas. Disse ainda que a proposta consiste em limitar a uma hora o estacionamento na Rua Silva Araújo, nos dias úteis entre as oito e as vinte horas. -----

-----Pedi a palavra o deputado Bernardino Certo que questionou se a proposta apresentada não contraria o incentivo à utilização dos comboios; depois questionou qual a vantagem para os utentes dos comboios e para a população do condicionamento do estacionamento neste troço da rua Silva Araújo; questionou também como será controlado este estacionamento e se esta Assembleia de Freguesia tem poderes para alterar a Postura de Trânsito; disse ainda que querer condicionar as pessoas que pretendem usar o comboio é uma clara falta de visão estratégica quando nosso dever é incentivar a utilização dos transportes públicos; finalmente, questionou se foi feita auscultação aos utentes dos comboios como se terá feito, ao que foi dito num jornal, aos comerciantes da zona. -----

----- De seguida, a deputada Sara Catarina Silva questionou sobre o modo como vai ser controlado o tempo limite do estacionamento e o qual a justificação de se definir uma hora e perguntou se não seria possível pensar no espaço do mercado como parque de estacionamento durante a semana para poder servir o comércio daquela rua. -----

----- O deputado Luís Lopes interveio a seguir para dizer que a preocupação é só com as pessoas que se deslocam para a estação de carro, mas que é preciso também pensar nas que vão a pé e que precisarão de mais tempo para chegar ao outro lado se os comboios pararem do outro lado e que podem ter a tendência de saltar a linha pondo em perigo as suas vidas. Disse ainda que pensa que a Refer terá tido, certamente, algum motivo para fazer esta alteração e questionou se não teria sido a preferência das pessoas.

----- O deputado Rui Batista disse que esta situação dificilmente agradará a “gregos e troianos” mas que há que pensar que a Estação esteve fechada estes anos todos e que o bar é que faz a manutenção da sala da espera e dos WC e se não for dado uso a estes equipamentos a Estação acabará por fechar; disse também que, para além de ser muito mais confortável esperar o comboio dentro da Estação do que cá fora ao frio e à chuva e se não pressionarmos no sentido de ser mudada a paragem dos comboios, a estação permanecerá fechada ficará como um mausoléu abandonado. Disse ainda que a limitação de estacionamento tem vantagem para estimular o comércio da baixa da freguesia e que, não se conhecendo as razões da Refer, só temos vantagem em dinamizar o uso do edifício da estação. -----

----- O Presidente da Assembleia esclareceu que esta Assembleia não tem poderes para alterar a Postura de Trânsito, mas todas as alterações ocorridas têm partido da Junta de Freguesia e obtida a aprovação da Assembleia são depois dirigidas à Câmara Municipal que é quem tem competência; disse ainda que, normalmente, esta tem dado o aval às decisões das Juntas de Freguesia. -----

----- O Presidente da Junta lembrou ao deputado Bernardino Certo de que ele mesmo lamentou nesta Assembleia que se permitisse que o edifício da estação estivesse fechado ao público. Referiu que a Junta tudo tem feito para o manter aberto e que a CP entregou toda a autonomia à pessoa que explora o bar, inclusive a venda de bilhetes; que a CP não dá argumentos concretos mas justifica a alteração na linha em que pára o comboio dizendo que recebeu reclamações, mas, até hoje, e apesar dos vários pedidos de envio dessas reclamações, ainda nada foi enviado; quanto á fiscalização do estacionamento, disse que a GNR tem forma de controlar estas situações nomeadamente através de multas e que resumindo todo este processo serve para tentar manter a Estação aberta

porque se não for feita esta alteração o bar acabará por fechar e com ele todo o edifício da Estação; disse ainda esperar que não venham depois os Srs. deputados dizer que se lutou tanto pelo nome da Estação para a mesma estar fechada. -----

----- O deputado Bernardino Certo disse que gostaria de ser esclarecido sobre qual é, afinal, o problema que aqui se põe, se o funcionamento da estação ou o condicionamento do estacionamento e que não percebe o que é que tem uma coisa a ver com a outra, isto é, se o comboio parar do lado da estação, porque se há-de condicionar o estacionamento do outro lado. -----

----- O Presidente da Junta explicou que esta foi a forma que se encontrou de momento para pressionar a CP a mudar a paragem dos comboios depois de ser ter tentado tudo inclusive falar com um deputado da Assembleia da Republica que aconselhou este tipo de pressão e que os comerciantes da zona são os primeiros a apoiar a medida, sendo também mais fácil o estacionamento do lado da estação. -----

----- O Presidente da Assembleia questionou a Junta no sentido de saber se, sendo esta uma decisão da Câmara Municipal, existe alguma ideia da aceitabilidade desta proposta por parte da Câmara. -----

----- O Presidente da Junta respondeu que todas as alterações propostas e aprovadas por esta Assembleia têm sido aceites pela Câmara Municipal e que, em relação à mudança de linha, em reunião tida com o Sr. Presidente da Câmara este se mostrou totalmente de acordo. -----

----- A deputada Sara Catarina disse que ainda não tinha percebido qual o troço que ficaria com o estacionamento condicionado. -----

----- O Presidente da Junta explicou que será o troço compreendido entra a Praça de Táxis e a esquina da antiga “Pastelaria Leonor”.-----

----- Posta à votação esta proposta foi aprovada por nove votos a favor, dois votos contra do PS e uma abstenção da UPC.-----

----- Passou-se de seguida ao período de intervenção do público-----

----- Interveio Helena Miguel para dizer que, falando em representação da da Escola Secundária, as alterações propostas relativamente ao estacionamento e paragem dos comboios poderão ter efeitos negativos na instituição que representa, cujos alunos utilizam o comboio em número considerável, afirmando que este jovens nem sempre terão o cuidado de utilizar o passadiço inferior ou nem sempre se darão ao trabalho de passar o viaduto para o outro lado da linha e por isso não será boa ideia que o comboio passe a parar do lado de lá; disse que ao limitar o estacionamento a uma hora se está de

facto a proibir o estacionamento na Rua Silva Araújo e que devia saber-se a opinião dos utentes do comboio sobre a proposta. -----

----- Quanto ao cemitério, e para atenuar a falta de iluminação sobretudo no Inverno, sugeriu que se pedisse ao Pároco da Freguesia para que altere o horário dos funerais para as três horas da tarde. Terminou desejando um Bom Natal para todos. -----

----- Falou de seguida José Manuel Fernandes para dizer que se congratulou por ter ouvido aqui dizer que alguns dos subsídios da famosa lista já haviam sido pagos. Explicou que estes subsídios se referem a obras que a Junta executou e pagou e nas quais foram colocadas placas a dizer que as mesmas foram participadas pela Câmara Municipal. -----

----- Esta intervenção foi alvo de contestação do deputado Bernardino Certo que, interrompendo o orador e dirigindo-se ao presidente da mesa, disse exigir deste o cumprimento do regimento, tendo o presidente da mesa chamado a atenção do deputado para não interromper o orador e esclarecendo que cumpre com a tradição da Assembleia de Freguesia, que nunca limitou a palavra do público para cumprir a letra do regimento.

----- Falou depois Filipe Sampaio que se congratulou pelo facto do Sr. Presidente da Junta ter disponibilizado as instalações da Junta para um torneio que a ASAS vai levar a efeito, tendo referido que esta associação concelhia está cada vez mais a assumir-se como avense, em parte com a ajuda do executivo da Junta de Freguesia. Seguidamente fez algumas observações relativamente ao funcionamento da própria Assembleia, criticando algumas atitudes de alguns deputados, do próprio presidente e até do público. Seguidamente pediu a intervenção da Junta no sentido de serem colocados pontos de luz em algumas ruas onde se faz sentir a sua falta. -----

----- O Presidente da Assembleia disse que esta intervenção é prova de que há liberdade até de criticar os deputados de forma ampla e que o povo em eleições próximas terá oportunidade de dizer quem deverá aqui estar. Disse que em relação à sua participação que pode às vezes cometer erros ou estar distraído, mas não o faz com intenção. Garantiu que não é por si que haverá falta de democracia. Quanto ao cumprimento do Regimento tem de ter a liberdade de o fazer de forma ampla. Porque, de facto, está escrito que o público só pode intervir para pedir explicações à Junta ou à Assembleia, mas que isso nunca foi cumprido a rigor.-----

----- Seguidamente falou Gualter Dias para mostrar o seu desagrado quanto à Postura de Trânsito proposta e solicitar que se cumpra o regimento da Assembleia de Freguesia

no sentido das intervenções do público serem sobre assuntos de interesses para a Vila das Aves. -----

----- Tomando a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento solicitados, o Presidente da Junta disse que cada um terá a sua opinião em relação ao local da paragem dos comboios. Disse também que, quanto a ouvir a opinião dos utentes, já foi feito; que quanto à iluminação pública, sempre que tem conhecimento de alguma lâmpada apagada comunica de imediato à EDP, quer por telefone, quer por escrito; que quanto aos horários dos funerais, foi a primeira vez que a Junta tomou a decisão de alterar o horário de Inverno para as 17,00 h, em parte devido à falta de iluminação. Disse ainda que este horário não tem sido integralmente cumprido por parte do pároco e que, se esta situação se mantiver haverá necessidade de se reforçar esta informação. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e pediu desculpa por algo que possa ter corrido menos bem e reafirmou a sua vontade de dirigir estas Assembleias de forma democrática e consensual. -----

----- Não havendo mais nenhuma inscrição e por mais nada haver a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por quem a lavrou e pelo Presidente. -----

(documento da parte do deputado Joaquim Pereira, lido na assembleia)

(Doc 1)

Movimento Independente
"Unir para Crescer" - UPC

Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e Srs. Secretários,
Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restantes membros do Executivo,
Sras. e Srs. Deputados,
Avenses,

Dada a minha ausência na assembleia de freguesia de hoje, a qual justifico pelo facto de ter notado e sentido que se reveste de importância vital estar presente e acompanhar a comitiva do Clube Desportivo das Aves no compromisso deste fim-de-semana, compromisso esse que foi antecipado, uma vez que (primeiramente) estava marcado para o dia 29 deste mês, sou a transmitir-vos, através da deputada Sara Catarina Silva, o seguinte.

Ficamos a saber em plena assembleia de freguesia que a liberdade em Vila das Aves está suspensa e, provavelmente, também a democracia. Isto, porque nos foi dado a saber que não é possível a um cidadão conceder uma entrevista a um jornal do concelho, tão somente por o mesmo não ter a sua sede na nossa freguesia, como se a alguns órgãos de comunicação social não se lhes devessem tratamento de respeito e de imparcialidade.

A tão propalada entrevista que dei ao "Ecos de Negrelos" e que minuciosa e meticulosamente tem vindo a ser dissecada pelo poder autárquico avense - como se esta fosse a preocupação maior da actualidade do Executivo - não foi a primeira entrevista que dei e, haja quem outra me solicite, estarei disponível para a prestar, assim envolva temas de interesse para a comunidade avense. Respeitando a liberdade. Respeitando a democracia.

Não alinho em divisionismos artificiais e sem sentido e entendo que cada responsável político deve defender com firmeza os interesses de quem o elegeu. Sem espezinhar os que o rodeiam e que tenham opinião diferente. Sem guerras. Sem perseguições. Sem prepotência. Sem arrogância. Sem sobrançerias balofas que apenas têm como significado a incapacidade de atingir objectivos por via do diálogo, preferindo invariavelmente o confronto. Veja-se e atente-se, em contraponto a este tipo de postura e de comportamento, qual o tipo de relacionamento do Presidente da Junta com associações, instituições e demais forças vivas da nossa terra.

Eu tenho opinião! E sim, é diferente. Bem diferente. Mas defendo-a por entender que é melhor e que defende melhor os interesses dos avenses. Digo-o com convicção, pois todos sabem que sou um homem de diálogo e que o meu passado isso demonstra.

É por isso que relativamente ao Amieiro Galego volto a afirmar que se tivesse a responsabilidade de gerir esta situação, seguramente, sairíamos todos a ganhar. Mas a realidade não foi assim. A realidade é que a nossa Junta de Freguesia negociou mal ao adquirir um

património importante, é verdade, para a nossa terra, cuja base de licitação era de pouco mais de € 9.000,00 e que, no final, foi adquirido por um montante na ordem dos € 75.000,00! Note-se que a segunda melhor oferta foi de cerca de € 37.500,00, ou seja, metade do valor de aquisição...

Como entender estes valores? Como entender que numa licitação em tribunal e em carta fechada, repito, em carta fechada, se conheçam antecipadamente os valores das propostas? Haverá, por acaso, no Executivo da Junta, alguém com poderes de adivinhação? Talvez uma Maya, ou um Zandinga? E se há, qual o porquê, então, de uma oferta tão alta? Porquê o dobro?!

Será que estes eventuais poderes de adivinhação estendem-se ao que se terá passado em reuniões de direcção dos Bombeiros? Mais. Terei eu feito parte das mesmas?...

É óbvio que esta história está mal contada desde o início. É evidente que a nossa Junta cometeu um erro grosseiro e que não tem, como nunca teve, capacidade e humildade para reconhecer que errou. Pelo contrário. Tal como no futebol, usam a máxima de que o ataque é a melhor defesa e, aqui, como no futebol, é mais fácil atacar outros do que reconhecer um erro e mudar de tática. Esta equipa "jogou" mal, sem tática e, sobretudo, sem estratégia. "Jogou" mal e culpa o árbitro, sendo que o árbitro, aqui, chama-se Joaquim Pereira, que, a todo o custo, querem culpar pela fraca exibição...

Que o Amieiro Galego deveria ser propriedade dos avenses é verdade. É um valor nosso e que connosco deve ficar. Mas seria necessário um negócio tão ruinoso que leva a Junta a contrair empréstimos uns atrás de outros, hipotecando as gestões vindouras? E que margem financeira há, agora, para se desenvolver qualquer projecto de valorização daquele património? Nenhuma, concerteza...

Terminando.

Havia forma de gerir muito melhor este processo, e não é atacando quem de nós discorda e que não nos agrada que disfarçamos os nossos erros. Haja capacidade de diálogo, haja diplomacia com inteligência e a nossa terra irá mais longe, mais além.

Feliz Natal e Bom Ano Novo!...

Vila das Aves, 11 de Dezembro de 2010